

Sem acordo, só voto decidirá as Disposições Transitórias

OPINIONÁRIO
1977/12/11

21 Nov 1980

P-3

Não há a menor perspectiva de acordo em torno das Disposições Transitórias da Constituição, cuja votação deverá começar na próxima semana. As duas alas da Constituinte — conservadores e progressistas — estão dispostas a bater chapa no plenário para garantir seus interesses. O Centrão acredita que tem maioria para aprovar o seu texto básico, mais a emenda Matheus Iensen (cinco anos de mandato para Sarney). Se não conseguir, pode dar buraco negro, uma hipótese que interessa à esquerda porque, em caso de omissão da Carta, caberia à Justiça definir a duração do mandato. Até lá, acham os progressistas, podem ocorrer fatos novos capazes de mudar a situação política, atualmente favorável aos interesses do Palácio do Planalto.

O líder do PFL, José Lourenço, desolado, admitiu ontem à tarde que somente na próxima semana haverá condições de decidir o mandato do atual Presidente. "O pessoal que defende o mandato de quatro anos está amarrando a decisão. Querem esvaziar nossa mobilização de um lado e, de outro, dar tempo para que alguns de seus adeptos que estão no exterior, como a deputada Sandra Cavalcanti e o senador José Ignácio, retornem a Brasília", comentou o líder do PFL. Pouco depois, tanto Sandra quanto Ignácio, já de volta, protestavam.

A mesma opinião de Lourenço foi dada pelo

secretário-geral do PMDB, deputado Milton Riels. Ele tem fornecido quase diariamente suas previsões ao Palácio do Planalto. Ontem à tarde, informou que, pelo seu quadro, já estão garantidos 301 votos a favor do mandato de cinco anos e 22 indecisos, aí incluídos os que poderão abster-se como Ulysses Guimarães e Ibsen, Pinheiro, líder do PMDB, na Câmara.

O deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), um dos coordenadores do Centrão, garante que seu grupo tem número "mais que suficiente" para aprovar o substitutivo e que a hipótese do buraco simplesmente não existe. A seu ver, não há como a Constituição ser promulgada sem as Disposições Transitórias, "que não incluem apenas a definição do mandato, mas também normas para a própria implantação da Carta".

Não é o que pensa o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado. Na opinião dele, a eventual supressão do Título IX não seria nenhuma tragédia para o País: "Bastaria aprovar as mesmas medidas na forma de lei complementar", sugeriu, sem entretanto confirmar a existência de estratégia definida neste sentido.

Na verdade, segundo o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), a esquerda ainda não traçou seus planos para a votação das Disposições Transitórias. O

grupo defende a manutenção do texto da Comissão de Sistematização, que corre o risco de nem ser submetido ao plenário se passar o projeto básico do Centrão. Neste caso, qualquer alteração teria que ser tentada através de destaques.

A outra hipótese — de os centristas não conseguirem maioria — traz para votação o projeto da sistematização, que também só passa com 280 votos a favor. Se não obtiver este número, restam duas alternativas à esquerda: ou negocia com o Centrão em torno de um texto comum ou joga as Transitórias no chamado buraco cinzento, que é o vazio constitucional. Aí, o presidente Sarney teria que se entender com o Supremo Tribunal Federal a respeito do seu mandato — os progressistas prevêem forte reação popular caso a Justiça decida pelo mandato da atual Constituição, que é de seis anos.

Segundo o deputado Luiz Eduardo Magalhães, a esquerda não deve apostar no buraco. Para garantir a aprovação do seu substitutivo, o Centrão chegou a liberar seus integrantes para votar como quiserem a emenda Matheus Iensen, que fixa em cinco anos o mandato de Sarney (o texto básico do grupo não trata do assunto). "Desta forma, asseguramos os votos dos poucos centristas que querem eleições este ano", explicou o parlamentar, referindo-se a constituintes como o deputado

mingos, do PL.

Neste momento, não há intenção no comando centrista de negociar em torno do texto da Sistematização, mas Luiz Eduardo admite esta possibilidade se a matéria estiver para cair no buraco negro. A ideia seria aprovar o projeto sem prejuízo dos destaques — incluindo, naturalmente, a questão do mandato presidencial.

Outro ponto polêmico das Disposições Transitórias é a anistia para os militares cassados. O Centrão pretende reduzi-la a proporções mínimas, mas não fecha questão em torno da matéria.

A disputa entre conservadores e progressistas em torno das Disposições Transitórias envolve até mesmo a sistemática de votação. O regimento prevê que as votações serão feitas por capítulo — só que o Título IX não possui capítulos. O que se discute é se deve ser submetido ao plenário artigo por artigo do projeto ou se é válido o sistema de textos básicos (do Centrão e da Sistematização) utilizados até agora.

Os centristas não têm dúvidas: o processo é o mesmo, até porque a votação passo a passo favoreceria a dispersão do grupo. Para a esquerda, votar em bloco também interessa pois impede que o texto da Sistematização se perca no meio dos inúmeros destaques. Nas duas alas, a preocupação é com a coe-